

GRUPO DOMÉSTICO
E MUDANÇA SOCIAL:
ABORDAGENS
QUANTITATIVAS
E QUALITATIVAS

Ana Isabel Afonso

A partir de um estudo de caso numa vila do nordeste de Portugal, no período de 1944-1994, este artigo tem como objectivo o estudo de processos de mudança social, privilegiando o grupo doméstico como unidade de análise. Recorre-se ao cruzamento de diferentes tipos de fontes (inquérito etnográfico, documentos do Arquivo Paroquial) e salienta-se a importância do uso complementar de métodos quantitativos e qualitativos na abordagem dinâmica do grupo doméstico.

Esta pesquisa teve como ponto de partida o estudo das transformações sociais ocorridas numa aldeia do nordeste de Portugal ao longo dos últimos 50 anos, e constitui uma parte de um estudo mais vasto apresentado no âmbito da minha dissertação de doutoramento em Antropologia Social e Cultural.¹

Cruzando diferentes fontes e metodologias de abordagem, este artigo desenvolve-se em torno de um foco particular de análise então privilegiado – o grupo doméstico – que revelou ser uma unidade de observação particularmente adequada para estudar processos de mudança social.

Esta particular adequação pode ser justificada a dois níveis: por um lado, pelo impacto directo que as transformações sociais, económicas, políticas, têm no seio do grupo doméstico; por outro lado, pela flexibilidade com que, ao longo dos tempos, as famílias têm respondido aos desafios da modernização, accionando mecanismos vários que reafirmam a sua coesão, manifestamente à margem das preconizadas tendências para uma dissolução ou afrouxamento dos laços familiares, sugeridas pelas teorias estrutural-funcionalistas que defendiam uma evolução linear das formas de organização familiar na Europa Ocidental.

Os dados do estudo de caso que aqui é apresentado podem, assim, ser lidos como mais uma contribuição que contradiz a progressiva nuclearização da família como resposta única que teria acompanhado o processo

¹ O presente artigo retoma o capítulo “Grupo Doméstico: Composição e Fraccionamento” de *Terra, Casa e Família: Valores em Mudança numa Aldeia de Terras de Miranda (Sendim, 1944/1994)*, dissertação de doutoramento em Antropologia Cultural e Social apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1997. As traduções de passagens citadas no decurso do artigo são da minha responsabilidade.

de industrialização dos países europeus, mostrando antes que nem o modelo dominante terá sido em qualquer lugar o da família extensa, nem tão-pouco que a sua evolução possa ser direccionada num sentido inequívoco de nuclearização ou ruptura de parte dos laços familiares, circunscrevendo a coesão familiar pós-industrialização ao universo restrito das trocas (afectivas, económicas, assistenciais) entre um casal e os respectivos filhos.

Muito pelo contrário, diversos casos empíricos,² na linha dos quais este trabalho se insere, têm demonstrado que, mesmo em contextos de aceleradas mutações socioeconómicas ou de mobilidade geográfica intensa, é particularmente notória a construção de renovadas formas de solidariedade familiar que extravasam esse preconizado atomismo do grupo doméstico nuclear no mundo industrializado.

O sítio: breve caracterização e dinâmica

A pesquisa teve lugar em Sendim – uma freguesia do norte interior de Portugal – que ao longo dos últimos cinquenta anos tem evidenciado sinais de franco desenvolvimento. Integrada em Trás-os-Montes, mais precisamente no distrito de Bragança, situa-se a sul do concelho de Miranda do Douro e foi, outrora, considerada a maior aldeia mirandesa. Em 1992 é elevada à categoria de vila, o que, de certa forma, confirma administrativamente esta sua proeminência no concelho.

Uma breve contextualização histórica dar-nos-á uma ideia dos principais vectores que permitem acompanhar a sua dinâmica.

Nos anos 40 a população vivia sobretudo da agricultura, havia uma excessiva concentração da propriedade, evidenciando-se os *lavradores* e os *jornaleiros* como os grupos socioprofissionais mais representados, ligados por estreitos laços de interdependência. O declínio das actividades artesanais e a implantação da Hidroeléctrica do Douro na década de 50 (com a construção das barragens de Picote, Bemposta e Miranda do Douro) constituíram fenómenos convergentes que produziram um abalo profundo na organização social desta comunidade de camponeses – os comerciantes emergem com grande protagonismo, enquanto os agricultores e artesãos entram em progressivo declínio.

Durante os anos 60, quando terminou a construção das barragens, muitas famílias optaram pelo êxodo, num processo migratório em cadeia, direccionado para Lisboa, Porto e alguns países da Europa industrializada (destacando-se a França e a Alemanha como os países de destino preferenciais). Desde então, manifestaram-se dois fenómenos aparentemente para-

² Ver, por exemplo, Brandes (1975), Janssens (1993), Segalen (1985), Wall (1994), Young e Willmott (1983), entre outros.

doxais: um acentuado decréscimo populacional é acompanhado entretanto por um elevado crescimento do número de fogos. Com efeito, um intenso movimento ligado à construção e remodelação de casas, bem como o regresso progressivo de algumas famílias emigradas, em finais dos anos 70, traduzem o apogeu deste ciclo de prosperidade na história local.

Com cerca de 1.500 habitantes à data do último recenseamento, a população activa distribui-se actualmente de forma muito equilibrada entre os três sectores de actividade, sendo a ocupação principal complementada com a actividade agrícola na generalidade dos grupos domésticos.

A emergência de novos valores, como a aquisição de casa própria e a generalização da instrução, que acompanhou a penetração de outros modos de vida veiculados pelos migrantes em situação de retorno, promove, contudo, o afastamento dos jovens da vila, que se revela particularmente repulsiva no caso das raparigas.

Assim, dois aspectos fundamentais caracterizam a dinâmica local:

- a) a força centrípeta e elástica do lugar de origem, seja no tempo da pequena história, com os fluxos e refluxos dos habitantes que nela se reinstalam, ou no decorrer do ciclo anual, com um verão densamente povoado e intenso de vida social que se contrapõe ao esvaziamento e atomismo dos restantes meses do ano;
- b) a desvalorização da actividade agrícola e suas repercussões nas relações sociais e familiares, que se traduzem, particularmente, no recuo dos agricultores a tempo inteiro e na secundarização do papel feminino quando comparado com o seu protagonismo na casa agrícola do passado.

O trabalho de campo: referências metodológicas

A maior parte da informação foi obtida ao longo de diversas estadias no terreno, predominantemente efectuadas entre 1993 e 1995, no decorrer de vários períodos interpolados que abrangeram os momentos mais importantes do ciclo agrícola e do ciclo festivo. A análise da mudança assentou na comparação entre a freguesia do presente etnográfico e a de um passado recente.

Em relação ao presente, foram usados métodos extensivos e intensivos para a recolha de informação. No primeiro caso, situa-se um levantamento que foi efectuado aos grupos domésticos da freguesia.³ No segundo caso, enquadram-se as observações e entrevistas de índole diversa – livres e semi-

³ Este levantamento extensivo é referido ao longo do texto por *Censo94*, uma vez que os dados foram compilados ao longo do ano de 1994.

directivas, temáticas e biográficas – que foram realizadas a um conjunto heterogéneo de pessoas, abrangendo diferentes idades, profissões e situações de presença na aldeia.

Em relação ao passado, privilegiou-se o inquérito oral junto dos mais velhos habitantes da aldeia e a consulta das fontes locais, nomeadamente os periódicos regionais – *Ilustração Transmontana*, *O Mirandez*, *Mensageiro de Bragança* –, as *Actas* da Casa do Povo de Sendim de 1941 a 1991 e vários documentos do Registo Paroquial da freguesia.

No desbravamento do Arquivo Paroquial foi encontrada a resposta para a definição de um marco temporal de referência, uma questão metodológica de base que, desde o início, se tinha apresentado de difícil solução. O *Status Animarum* de 1940-44, um livro de registo dos habitantes compilado pelo pároco da freguesia da época, acabou por definir esse marco temporal de referência e constituir a fonte privilegiada com cujos dados as observações do presente etnográfico foram comparadas.

Esta “fotografia” social da aldeia, registada cinquenta anos atrás, reportava-se a uma fase da história local que antecedeu os períodos de turbulência social, pelo que se configurava como um bom ponto de partida. Além disso, a época da sua compilação estava ainda presente na memória de muitos sendineses, com quem se procurou contextualizar os dados nela contidos, o que permitiu uma aproximação à aldeia de um passado relativamente recente e viabilizou a sua comparação com a vila actual.

No Arquivo Paroquial foi efectuada, ainda, uma recolha nos *Assentos de Casamento* desde 1910 até à actualidade, de onde se retiraram os dados sobre a idade dos cônjuges, a data do casamento e as respectivas profissão e naturalidade que serviram de base para a análise dos processos associados ao *timing* de fraccionamento do grupo doméstico, e da dinâmica das configurações do espaço de interconhecimento – dois tópicos que são desenvolvidos neste artigo.

A metodologia adoptada visou proceder ao cruzamento de abordagens de índole quantitativa e qualitativa, procurando na vivacidade da palavra dos informantes o complemento para as rígidas percentagens numéricas a que se submeteu o quantificável e susceptível de submeter a tipologias classificatórias.

O grupo doméstico: unidade descritiva e analítica

O grupo doméstico, como *locus* de acção cultural, espacialmente circunscrito e gerando comportamentos relativamente observáveis, de onde emergem estratégias mais ou menos conscientes, sendo simultaneamente reflexo e reflector de valores culturais que reproduz ou subverte, constituiu a unidade

de análise privilegiada desta pesquisa. Na elucidativa expressão de Hammel, o grupo doméstico “is the next bigger thing on the social map after an individual” (Hammel 1984: 40-41).

O conceito de *grupo doméstico*, pelo seu carácter polissémico e ambivalente, aliado aos problemas inerentes à sua definição, tem constituído um tema de aceso debate, desenvolvido por investigadores dos diferentes quadrantes das ciências sociais que têm procurado salientar a sua utilidade como noção operatória na interpretação e comparação das diversas sociedades e culturas.

Sem querer entrar no detalhe da polémica que tem envolvido a definição do conceito de *household*⁴ e as limitações da utilização desta unidade operatória de contornos diversificados e controversos na comparação das sociedades num eixo espacial e/ou temporal, importa salientar o alcance particular com que ele foi utilizado na presente investigação, bem como os pressupostos fundamentais que estiveram na base da escolha desta unidade de análise.

Como refere Yanagisako (1979: 162), os termos *família* e *grupo doméstico*, embora raramente sujeitos a uma definição formal, expressam na maioria das vezes dois princípios organizacionais distintos: o primeiro liga-se ao parentesco e o último à residência. Apesar desta aparente clarificação de princípios, o simples critério de residência comum não basta para delimitar os contornos do grupo doméstico.

Chamando a atenção para o problema de definição de grupo doméstico na produção do discurso antropológico, a referida autora salienta um aspecto fundamental na definição do termo *household*, que está ligado não apenas ao critério residencial mas também ao conjunto de actividades partilhadas num espaço comum:

although the primary referent of the term household is spatial propinquity, in actual usage more is usually meant. Generally the term refers to a set of individuals who share not a living space but also some set of activities (Yanagisako 1979: 164).

As actividades de índole doméstica (relacionadas com a produção e consumo alimentar, a reprodução sexual e os cuidados com os filhos) constituem assim a especificidade do grupo doméstico e permitem delimitar os contornos destas unidades primárias. Esta autora salienta a vantagem de começar por questionar quais as actividades domésticas centrais numa determinada sociedade e só depois compreender os laços (de residência ou de outro tipo) que ligam as pessoas entre si (Yanagisako 1979).

⁴ Sobre este assunto, Yanagisako (1979), no artigo intitulado “Family and Household: The Analysis of domestic groups”, faz uma excelente análise do discurso antropológico produzido em torno dos conceitos de *family* e *household*, utilizados, indiscriminadamente, por diversos autores que se têm debruçado sobre a temática familiar.

O grupo doméstico constituiu, deste modo, uma unidade de descrição e análise privilegiada para, a um nível micro, apreender os principais vectores da mudança. Na realidade, parece incontestável que todos os indivíduos nascem e vivem nestes microcosmos de socialização e que é a partir deles que se vão entretecendo as relações sociais mais abrangentes, accionando estratégias, transmitindo formas de pensar e de fazer.

Assim, os dois critérios fundamentais através dos quais se tem definido o grupo doméstico – “dormir sob o mesmo tecto, comer da mesma panela” (Mendras 1976) – têm nesta pesquisa uma extensão particular.

O critério de co-residência não se limita a contemplar os indivíduos que de facto dormem sob o mesmo tecto, mas inclui também as pessoas temporariamente ausentes, que continuam ligadas a uma determinada casa, identificando-a como *a sua casa* quando vêm à aldeia. Nesta situação encontram-se, por exemplo, os filhos solteiros de um casal residente que estão a estudar ou a trabalhar fora da vila. Não se incluem os filhos casados em situação idêntica, pois eles próprios já constituíram um grupo doméstico autónomo e o seu contacto com a casa natal é meramente circunstancial – *estão de visita*.

Em situação idêntica aos primeiros, encontram-se também os cônjuges emigrados, que, apesar de fisicamente ausentes, contribuem de forma significativa para a manutenção do grupo doméstico, que atravessa uma fase pontual do seu ciclo de vida.

Quanto ao critério de comensalidade, também ele não pode ser tomado em sentido restrito, circunscrevendo o âmbito a que se aplica à presença física dos comensais. A sua importância como factor que permite traçar a fronteira entre o que é um grupo doméstico e o que não é, parece advir, essencialmente, da sua dimensão simbólica, evocando uma forte densidade corporativa e interactiva (Wilk e Netting 1984) entre os elementos que constituem o grupo doméstico.⁵

“Casar, apartar”: a predominância da neolocalidade

Numa primeira análise dos grupos domésticos, com o objectivo de evidenciar a sua morfologia em 1944 e no presente etnográfico, recorreu-se à aplicação da “tipologia de Laslett” (Hammel e Laslett 1974).

Em relação a cada um dos períodos, procurou-se interpretar as principais diferenças estruturais no eixo da sincronia, articulando-as com o

⁵ Nesta medida um lar de terceira idade e um grupo doméstico constituem unidades sociais inequivocamente distintas, que os critérios de co-residência e comensalidade, por si sós, não permitem destrinçar, apesar de, na prática, não haver qualquer problema com a sua identificação.

contexto socioeconómico particular do qual são indissociáveis. A comparação da morfologia dos grupos domésticos nos dois períodos constituiu o passo seguinte, no sentido de apreender os principais vectores de mudança evidenciáveis a partir desta abordagem da configuração dos grupos domésticos, numa perspectiva diacrónica.

Assim, em 1944, a constelação dos grupos domésticos apresentava a seguinte distribuição:

QUADRO 1
Composição dos grupos domésticos, 1940-44

Tipos de grupo doméstico (GD)	N.º de grupos domésticos	%
1. Isolados	66	14,2
2. Solteiros co-residentes	2	0,4
3. GD de famílias nucleares	373	80,4
4. GD de famílias alargadas	13	2,8
5. GD de famílias múltiplas	10	2,2
Total de GD	464	100

Fonte: *Status Animarum* (1940-44)

Em termos globais, os dados sistematizados sustentam de forma inequívoca uma tendência dominante para a constituição de grupos domésticos de estrutura nuclear que concentram a maior parte (80%) do total dos grupos domésticos listados no *Status Animarum (1940-1944)*. Além desta categoria, encontram-se representados, por ordem decrescente de frequência, cerca de 14% de indivíduos vivendo sós; 5% de grupos domésticos compostos (englobando 13 famílias alargadas e 10 famílias múltiplas); e dois agregados não conjugais (0,4%), constituídos por *siblings* co-residentes.

Numa análise mais pormenorizada, desagregando estes valores globais a nível das subcategorias que constituem cada um dos tipos mais representados, os grupos domésticos *nucleares* são constituídos, sobretudo, por casais com filhos (72% do total de grupos domésticos simples), seguidos de viúvos/as com filhos e casais sós, em número aproximadamente idêntico (respectivamente, 14% e 13% do total de grupos domésticos nucleares).

A categoria de *isolados* engloba 48 viúvos/as e 18 solteiros correspondendo, respectivamente, a 73% e 27% do total da categoria.

No que diz respeito aos grupos domésticos constituídos por famílias alargadas, verifica-se, sobretudo, uma extensão no sentido ascendente, pela inclusão de um dos progenitores do cabeça de casal (ou cônjuge) no agregado familiar. Os poucos casos que surgem classificados na subcategoria

de *extensão descendente* referem-se à inclusão de neto(s) do cabeça de casal que reside(m) com a respectiva filha (casada, estando o marido ausente, ou na situação de “mãe solteira”). Ainda dentro da mesma categoria, encontramos um pequeno número de extensões no sentido lateral (por inclusão de um irmão ou cunhado do cabeça de casal) e de combinações da extensão ascendente com a lateral.

Quanto aos casos que foram classificados como grupos domésticos de famílias múltiplas, resultantes da co-residência de um casal com um (ou mais) filho(s) casado(s) e/ou filho(s) solteiro(s), é necessário salientar que se optou, com bastantes reservas, por esta classificação, na medida em que a análise particular de cada um destes agregados levantou algumas dúvidas.

Com efeito, verificou-se que o pároco mencionava, por vezes, em relação a este tipo de casais, não só os filhos que com ele residiam, mas todos os filhos do casal, casados e solteiros, independentemente de co-residirem ou não. Muitos destes “filhos casados”, e registados como descendentes de um determinado casal, apareciam depois, de forma redundante, como representantes de um grupo doméstico autónomo, com os respectivos cônjuges (e filhos); noutros casos, segundo esclarecimentos de alguns informantes, tratar-se-ia de filhos casados que haviam emigrado.

Nesta medida, face ao reconhecimento de uma certa mistura do critério genealógico com o critério residencial na listagem do pároco, não é possível afirmar que os grupos assim classificados correspondessem, de facto, a grupos domésticos de famílias múltiplas, com todas as implicações em relação às estratégias de transmissão e reprodução inerentes a este tipo de agregados, que surgem com uma relevância estatística importante não só noutras aldeias transmontanas (O'Neill 1984), como também em certas regiões do país, particularmente no noroeste.⁶

Em resumo, os dados sobre a estrutura dos grupos domésticos do passado, elaborados com base na informação do *Status Animarum* recolhido entre 1940-1944 pelo pároco da freguesia – tomando em consideração os critérios de recolha que podem deduzir-se quer através dos pressupostos eclesiásticos que presidiam a este tipo de contagem, quer através da coerência interna da fonte (como no caso que se acabou de referir) – apresentam uma tendência acentuada para a constituição de grupos domésticos de família nuclear, evidenciando a preferência pela residência neolocal, após o casamento.

Esta situação, além da relevância estatística apresentada, corresponde ao ideal de neolocalidade, verbalizado pelos mais velhos através da expressão popular local “casar, apartar”,⁷ que ilustra a importância do casamento

⁶ Sobre a importância deste tipo de agregados múltiplos no noroeste, vejam-se os trabalhos de Robert Rowland (1981), Caroline Brettell (1991), Nunes e Feijó (1986), Pina-Cabral (1989), Karin Wall (1992).

⁷ Denotando este termo a separação em relação ao grupo doméstico de origem.

como marco de um novo ciclo no processo de desenvolvimento do grupo doméstico. Retomar-se-á esta questão mais adiante, quando se proceder à análise da evolução do *timing* de fraccionamento do grupo doméstico.

Comparação da estrutura dos grupos domésticos (1944/1994)

Como foi anteriormente referido, a co-residência permanente, ou temporária, aliada à comensalidade real, ou simbólica, constituíram os critérios básicos para a definição desta unidade descritiva e analítica. Por outro lado, a densidade da interacção funcional, no interior do grupo doméstico, permitiu dissolver algumas dúvidas pontuais quanto à inclusão ou exclusão de determinados elementos do grupo doméstico, tendo sido resolvidas, caso a caso, na altura em que se procedia ao levantamento dos elementos de cada um dos agregados familiares.

Seguindo o tratamento efectuado para a fonte usada em relação ao passado, procedeu-se, então, à aplicação da tipologia de Laslett (Hammel e Laslett 1974) aos grupos domésticos recenseados no presente etnográfico (quadro 2).

QUADRO 2
Composição dos grupos domésticos, 1994

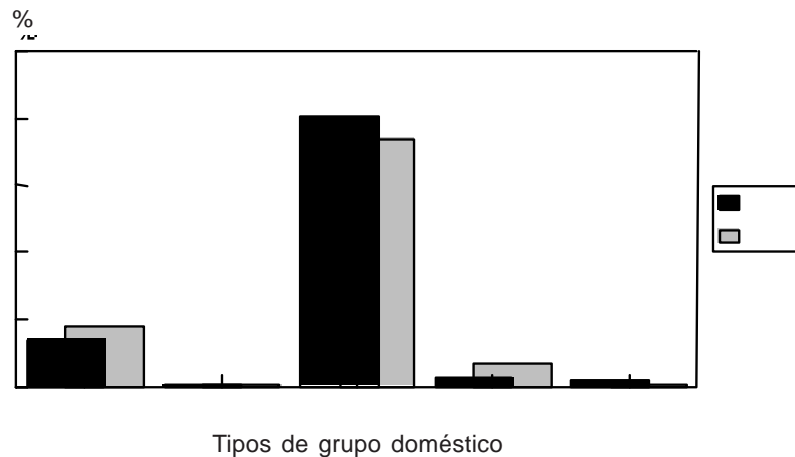
Tipos de grupo doméstico (GD)	N.º de grupos domésticos	%
1. Isolados	81	18
2. Solteiros co-residentes	2	0,4
3. GD de famílias simples	346	74,4
4. GD de famílias alargadas	30	7
5. GD de famílias múltiplas	2	0,4
Total de GD	461	100

Fonte: *Censo94*

À primeira vista, a análise deste quadro sugere uma grande estabilidade nos padrões de composição do grupo doméstico, verificando-se, tal como no passado, uma notória tendência para a predominância de grupos domésticos de estrutura nuclear. O número de grupos domésticos compostos (constituídos por famílias alargadas ou múltiplas) continua a ter uma pequena representatividade no contexto geral, apesar de evidenciar um ligeiro aumento relativamente a 1944.

FIGURA 1
Composição dos grupos domésticos (1944-1994)

Tipos de grupo doméstico: 1 – isolados; 2 – solteiros co-residentes;
3 – famílias simples; 4 – famílias alargadas; 5 – famílias múltiplas



Fonte: *Status Animarum* de 1940-44 e *Censo94*

A comparação da composição dos grupos domésticos nos dois períodos (fig. 1) revela, deste modo, ligeiras variações em quase todas as categorias, sendo de salientar uma tendência que, apesar da sua pequena expressividade numérica, aponta para um modelo evolutivo dissonante das teorias clássicas sobre a modernização da família (Parsons e Bales 1955, Goode 1963, Anderson 1975), verificando-se, neste caso, um aumento dos grupos domésticos compostos (constituídos por famílias alargadas e múltiplas) que acompanha o recuo dos grupos domésticos de famílias nucleares.

Enquanto o número total de grupos domésticos residentes é muito aproximado nos dois períodos (464 em 1944 e 461 em 1994), já a população total residente diminuiu de 1711 para 1281 habitantes, o que por si só indicia uma nítida quebra na dimensão do grupo doméstico.⁸ Com efeito, a dimensão média dos grupos domésticos decresceu de 3,7 para 2,8 elementos e a moda, que antes se situava nos agregados de quatro pessoas, passou a situar-se nos agregados de duas pessoas. Actualmente, apenas uma percentagem reduzida de grupos domésticos, (1,8%), tem mais de cinco elementos, quando em meados do século cerca de 16% dos grupos domésticos da aldeia ultrapassavam esse número.

⁸ Este número total de habitantes é ainda menor, se se descontarem os indivíduos que, embora fazendo parte do grupo doméstico, pelas razões acima indicadas, se encontram temporariamente ausentes (tratando-se na maioria dos casos de indivíduos que se encontram a prosseguir os estudos fora da vila).

Estas mudanças na estrutura do grupo doméstico, reflectindo-se principalmente na sua dimensão e, de forma menos acentuada, no que diz respeito à sua composição, devem ser interpretadas como a expressão a nível local dos contextos socioeconómicos e demográficos mais gerais do país, em cada um destes períodos.

Pelos anos 40, Sendim fazia parte daquele “Portugal profundo das aldeias isoladas, sem estradas, sem água, sem luz, sem esgotos, ainda por muitos anos”, onde pequenos camponeses e camponeses pobres labutavam de sol a sol numa terra pouco produtiva, de onde retiravam a maior parte do seu sustento, trabalhando-a a poder de braços, tal como ela se lhes oferecia (Rosas 1994: 33). Neste mesmo contexto, as taxas de natalidade e mortalidade do distrito de Bragança acusavam uma transição demográfica ainda inexpressiva, mantendo-se os elevados índices que caracterizam as sociedades do antigo regime.

Apesar de não terem sido calculadas taxas de natalidade ou de mortalidade para a freguesia em causa, uma vez que tal minúcia demográfica ficava fora do âmbito deste trabalho, os dados estatísticos regionais e os testemunhos de alguns informantes permitiram salientar como eram elevados os números de nascimentos e mortes, em especial durante os primeiros anos de vida.

O antigo médico municipal, actualmente com 83 anos, residente na aldeia desde o início da década de 40, fala da sua experiência:

Houve uma queda bárbara da natalidade. As famílias eram numerosas: cinco, seis, sete filhos, era bastante frequente. Agora não, é um, dois (três já é um bocado raro). A mortalidade das crianças era tremenda – nasciam vinte e passavam aí uns sete ou oito. Chegava-se ao verão, vinham essas gastrenterites, e ia-se mais de metade das crianças. Hoje, é raro uma criança morrer. Dos mais velhos, poucos passavam dos setenta, vinham as trombozes, que esta gente abusa muito da carne de porco...

As atitudes perante a morte reflectem, de certa forma, a conjuntura socioeconómica e demográfica, da qual são indissociáveis, como pode apreender-se de uma curiosa observação deste mesmo octogenário:

Quando eu vim para cá, havia uma coisa que me irritava sobremaneira. Se me aparecia um muito pequenino que estava gravemente doente, comentavam logo: – Oh! Eles fazem outro, senhor doutor. Se fosse um velho, o que diziam era: Paciência! Ele já cumpriu e nós temos que cumprir. Mas quando se tratava de uma criança aí com os seus cinco ou seis anos, era logo: Ai senhor doutor, a ver se a salva que nos faz tanta falta!

A situação actual nesta vila semi-rural, semiurbana, onde melhoraram as condições higiénico-sanitárias de forma significativa, onde a mecanização da agricultura se foi efectuando de forma progressiva, sendo notória a diver-

sificação profissional e a penetração de outros modos de vida trazidos das cidades para onde se emigrou, já nada tem a ver com as descrições impressionistas do passado.

O grupo doméstico retrai-se e (re)organiza-se face a esta nova conjuntura e, apesar das limitações decorrentes desta abordagem formal, há sinais significativos de mudança que constituem um bom ponto de partida para tentar compreender, a outros níveis e com base numa abordagem mais qualitativa, a estreita articulação que parece existir entre as mudanças socio-económicas gerais e a sua expressão ao nível destes micro-espacos.

Fraccionamento do grupo doméstico: dos casamentos arranjados aos casamentos protelados

Enquanto a análise comparativa da composição dos grupos domésticos nos dois períodos considerados (1944 e 1994) revelou uma grande uniformidade morfológica, mostrando como a nuclearidade e a neolocalidade constituem o padrão generalizado de organização familiar durante os últimos 50 anos, diversos factores de índole social, demográfica e económica contribuíram para a modificação das relações familiares durante este intervalo de tempo, cuja visibilidade escapa a uma abordagem estrutural de duas imagens estáticas das configurações familiares.

O nosso foco incide agora sobre o casamento – um acontecimento particularmente importante no ciclo de vida familiar –, considerado como *indicador-chave* para a compreensão dos processos de reprodução social: o “estudo das trocas matrimoniais confunde-se com o estudo da história económica e social das famílias”, evidenciou Bourdieu (1972: 129).

Nesta medida, merecem particular atenção duas variáveis fundamentais inerentes ao processo de fraccionamento dos grupos domésticos: a idade ao casamento e a naturalidade dos cônjuges. Através delas é possível perspectivar eventuais rupturas com o passado, articulando-as com os períodos mais marcantes da história local.

A idade dos noivos: uma variável-chave

Segundo o modelo interpretativo de Hajnal, a idade ao casamento constitui uma das variáveis-chave para a compreensão dos padrões de formação do grupo doméstico:

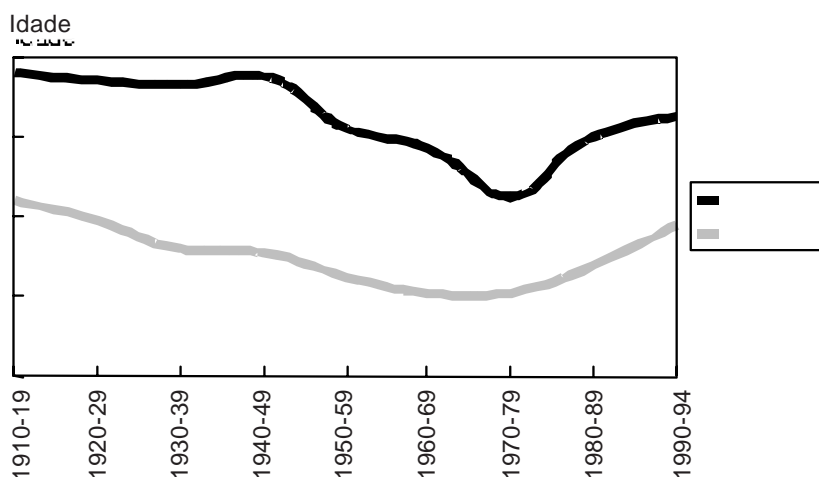
nos grupos domésticos constituídos por famílias nucleares, a unidade conjugal tenderia a formar-se mais tarde do que nos grupos domésticos de famílias múltiplas, cuja idade ao casamento das unidades conjugais sucessivamente constituídas apresentaria valores médios menos elevados (Hajnal 1965).

A importância desta variável, salientada por diversos autores que em contextos geográficos e sociais distintos têm procurado testar o modelo proposto por Hajnal, levou a uma exploração dos dados referentes a Sendim sob a mesma perspectiva.

Com base no levantamento dos *Assentos de Casamento* do Registo Paroquial da freguesia desde 1910 até 1994, procedeu-se à análise da idade dos cônjuges à data do primeiro matrimónio, tendo sido excluídos os casamentos que envolviam um dos cônjuges viúvo(a), na medida em que a sua inclusão poderia provocar alguma distorção nos dados.

Em termos de tendências globais e tendo em vista a expressividade desta variável ao longo do tempo, apresenta-se, na figura 2, a evolução do valor médio da idade do noivo e da noiva, em cada uma das décadas consideradas.

FIGURA 2
Idade média dos noivos ao primeiro casamento, 1910-1994



Fonte: Registo Paroquial, *Assentos de Casamento* da Freguesia de Sendim

Numa primeira análise deste gráfico, verifica-se que tanto a idade dos homens como a das mulheres, ao primeiro casamento, apesar das oscilações ao longo do tempo, apresenta valores considerados elevados, em conformidade com o modelo defendido por Hajnal para a Europa pré-industrial. Com efeito, segundo este autor, pode falar-se de casamento tardio quando “as idades médias ao primeiro casamento se situam acima dos 26 anos para os homens e à volta dos 23 anos para as mulheres” (Hajnal 1982: 450).

Este gráfico evidencia, ainda, uma evolução diferencial entre as idades ao casamento de cada um dos cônjuges, sugerindo que os efeitos das

transformações socioeconómicas locais e conjunturais no *timing* para o fraccionamento dos grupos domésticos (iniciado a partir da consumação do matrimónio) não se reflectem com igual expressividade em ambos os sexos.

No caso dos homens, até aos anos 40 (inclusive), a idade ao casamento é bastante semelhante, apresentando, a partir da década de 50, oscilações significativas que se traduzem por uma descida acentuada e contínua até à década de 70, e por uma nova subida a partir dos anos 80. No caso das mulheres, as oscilações são menos bruscas, evidenciando uma tendência ligeiramente decrescente até à década de 70; a partir dos anos 80 e até à actualidade, verifica-se uma subida progressiva que acompanha a tendência evolutiva já evidenciada no caso dos homens.

Como poderá ser articulada a evolução das idades dos nubentes com as transformações socioeconómicas, consideradas na sua incidência local? Complementando o valor médio de idades que evidencia as tendências crescentes e decrescentes deste indicador, têm particular importância as oscilações ao longo do tempo, contextualmente analisadas à luz dos acontecimentos mais marcantes da história local.

Para este efeito, a evolução da média das idades ao primeiro casamento, por si só, apenas permitiu caracterizar as tendências globais do *timing* de fraccionamento dos grupos domésticos, sendo os períodos significativos de mudança relativamente obscurecidos pelo recurso a uma medida estatística meramente descritiva, apesar de frequentemente utilizada em estudos desta natureza. Dizer, por exemplo, que a idade média ao casamento subiu numa década e desceu noutra, diz-nos muito pouco sobre a representatividade estatística dessas subidas e descidas. Por outro lado, é controverso tratar com a mesma fiabilidade o intervalo das idades médias entre as diversas décadas estudadas, quando as diferenças de década para década podem apresentar valores médios diferenciais que vão desde 0,1 a 1,5.

Recorreu-se então à análise estatística dos dados, que se revelou ser bastante adequada face ao seu volume e características.

Quando se fala em análise estatística, pensa-se, normalmente, em estatística *paramétrica*. Contudo, um teste estatístico paramétrico obriga a certas condições sobre a distribuição da população a partir da qual as amostras foram retiradas e, considerando que essas condições nem sempre podem ser testadas, elas são, muitas vezes, assumidas como válidas. Assim, a validade dos resultados deste tipo de testes depende da validade desses pressupostos.

Por vezes, consegue-se testar se as condições para a elaboração de um determinado teste estão asseguradas mas, na maioria dos casos, apenas é possível *assumir* que estão asseguradas. Alguns dos testes mais utilizados em estatística paramétrica, como o teste *t* e o teste *F*, têm uma série de pressupostos que condicionam o seu uso:

- as observações devem ser independentes;
- as observações devem ser retiradas de populações distribuídas normalmente;
- quando a análise se reporta a dois grupos, as populações devem ter a mesma variância.

A impossibilidade de testar essas condições, ou a certeza de uma delas não se verificar, deverá ser suficiente para o recurso a outro tipo de metodologia, que não tenha pressupostos tão numerosos e rigorosos sobre a população a partir da qual as amostras foram retiradas. Estas técnicas inserem-se na chamada estatística *não paramétrica*.

Os métodos utilizados na estatística não paramétrica são independentes de uma distribuição pré-determinada (por exemplo a distribuição normal), funcionando com uma elevada gama de distribuições diferentes. Chamam-se, precisamente, métodos *não paramétricos*, uma vez que a sua *hipótese nula*⁹ não está relacionada com parâmetros específicos, (como é o caso da média na análise de variância), mas sim com a distribuição das variáveis (Sokal e Rohlf 1981).

Nesta medida, tendo em conta a natureza específica dos dados em análise, privilegiaram-se os métodos não paramétricos para a comparação da idade ao primeiro casamento nas sucessivas décadas, por sexo e por grupo socioprofissional.

Sempre que foram comparadas duas amostras (sexos, por exemplo), recorreu-se ao teste *Mann-Whitney U* – um dos testes não paramétricos mais utilizados e mais robustos, que constitui uma alternativa ao teste paramétrico *t*. Na comparação de mais do que duas amostras (nomeadamente, idade ao primeiro casamento nos homens, nas diferentes décadas), o teste de *Kruskal-Wallis (KW)* foi o escolhido, recorrendo-se ao programa estatístico *BIOMstat for Windows* (Rohlf e Slice 1995) para a elaboração dos cálculos.¹⁰

Ao comparar-se a idade ao primeiro casamento, entre homens e mulheres e para cada uma das décadas em análise, através do teste *Mann-Whitney U*, obteve-se sempre uma probabilidade de semelhança inferior a 0,05,¹¹ o que significa que a idade ao primeiro casamento nos homens é sempre diferente da das mulheres, em qualquer das décadas. Por esta razão, e no decorrer da análise, os sexos foram sempre considerados separadamente.

⁹ A *hipótese nula* diz que não há diferenças entre as populações a partir das quais as amostras foram retiradas, ou seja, assume que as populações são iguais até demonstração em contrário. Para a comparação das populações foi usado o valor de probabilidade de 5%, como critério para rejeitar uma hipótese. Isto significa que, se a probabilidade da observação for de 5% ou menos, a hipótese nula é rejeitada; se for de mais do que 5%, a hipótese nula é aceite.

¹⁰ Agradeço a Leonel Serrano Gordo toda a colaboração prestada, tanto na selecção do teste mais adequado como na elaboração dos cálculos. Os quadros detalhados destes cálculos podem ser consultados em Afonso (1997: 144-148).

¹¹ Nível mínimo de significância considerado para que a idade ao primeiro casamento, por década, fosse igual entre homens e mulheres. Os quadros detalhados destes cálculos podem ser consultados em Afonso (1997: 144-148).

A idade ao primeiro casamento, nos homens, nas diferentes décadas

Numa primeira fase da aplicação do teste de *Kruskal-Wallis* à idade ao primeiro casamento, para o conjunto das décadas de 1910-1990, foi obtido o valor $KW = 55,38$ ($P < 0,001$), o que significa que a idade ao primeiro casamento é estatisticamente diferente nas décadas em comparação e para o nível de significância adoptado ($P > 0,05$).

Numa segunda fase, foi preciso detectar quais as décadas que estariam a afectar o conjunto, para que o resultado tivesse sido estatisticamente diferente. Assim, pôde observar-se que a década de 50 apresentava valores da idade ao primeiro casamento estatisticamente diferentes das décadas anteriores e da década de 90 e que, na década de 80, os valores da idade ao primeiro casamento registados eram estatisticamente diferentes dos das décadas de 20, 30 e 40.

A idade ao primeiro casamento, nas mulheres, nas diferentes décadas

Da aplicação do teste de *Kruskal-Wallis* à idade ao primeiro casamento, para o conjunto das décadas de 1910-1990, foi obtido o valor $KW = 33,9$ ($P < 0,001$), o que significa que a idade ao primeiro casamento é estatisticamente diferente nas décadas em comparação e para o nível de significância adoptado ($P > 0,05$).

Tal como se havia procedido em relação ao sexo masculino, foi igualmente necessário detectar qual(is) a(s) década(s) que estaria(m) a afectar o conjunto, para que o resultado tivesse sido estatisticamente diferente na globalidade das décadas em análise. Assim, pôde verificar-se que, uma vez mais, era a década de 50 que apresentava valores da idade ao primeiro casamento estatisticamente diferentes das décadas anteriores, sendo, ainda, de referir a década de 90 com valores significativamente diferentes dos das décadas de 20, 40, 50, 60 e 80.

Casamentos arranjados e casamentos próximos

À luz desta ferramenta estatística, pode substantivar-se a interpretação dos dados sobre a idade dos noivos à data do primeiro casamento, considerando, além do valor médio, também a importância da diferença na distribuição das idades ao casamento de década para década, o que permitiu avaliar com particular detalhe e segurança o significado estatisticamente diferente das oscilações ocorridas ao longo de todas as décadas consideradas.

Assim, não parece haver mudanças significativas em relação à idade com que ambos os cônjuges se casam durante as primeiras décadas apresentadas, verificando-se um padrão bastante homogéneo nas décadas de 10,

20, 30, 40 – período este caracterizado, como se referiu anteriormente, por um casamento tardio dos dois cônjuges. A partir da década de 50 as oscilações verificadas na distribuição de frequências da idade ao primeiro casamento, parecem ser coincidentes, com particular expressividade, com um dos períodos mais *turbulentos* da história local.

Efectivamente os anos 50 constituem um marco importante na história da aldeia (e da região), pela influência positiva que as obras de construção das três barragens de aproveitamento hidroeléctrico do rio Douro viriam a ter a nível de desenvolvimento local.

Pode dizer-se que esta década de quebra da idade ao primeiro casamento corresponde, em certa medida, ao início de um ciclo de ruptura com a sociedade tradicional, que tenderá a acentuar-se nos anos subsequentes. O comércio intensifica-se e o mercado de trabalho expande-se, criando alternativas de autonomia económica que viabilizam um fraccionamento dos grupos domésticos mais precoce e menos centrado na possibilidade de acesso à terra, controlada a nível social pelos mais ricos e, a nível familiar, pela geração mais velha.

No contexto de uma economia assente na terra, um dos principais critérios que afectavam as escolhas matrimoniais centrava-se, deste modo, na propriedade, sendo este aspecto repetidas vezes lembrado pelos mais velhos, cuja memória remonta ao tempo em que os casamentos eram manifestamente *arranjados* e criteriosamente controlados. Diz-nos a este respeito um agricultor de 50 anos, referindo-se ao tempo da sua infância: “olhava-se muito ao dinheiro na altura, aos poderes, aos teres, aos terrenos, à terra, o ter era a terra, porque dinheiros, naquela altura havia poucos. Fulana tem boas terras, tem tantas juntas de vacas, era a isso que se olhava”.

O controlo da propriedade por parte das gerações mais velhas era, de certo modo, usado como força coerciva em relação aos descendentes, cuja sobrevivência dependia largamente do acesso à terra. Quando um filho se casava e constituía o seu próprio grupo doméstico, era frequente haver uma cedência de propriedade por parte do casal progenitor, que era compensada ao longo do tempo por uma estreita reciprocidade entre as casas. Esta situação permitia dar continuidade à execução das tarefas de rotina no mesmo quadro familiar, sobretudo nas fases que requeriam maior número de participantes, e assegurar que os pais tivessem assistência na velhice quando impossibilitados de trabalhar.

Enquanto nas primeiras décadas estudadas, o controlo da terra por parte da geração mais velha explica, até certo ponto, a persistência do casamento *tardio*, a partir dos anos 50 é o alargamento do mercado de trabalho que parece estar na base da tendência decrescente evidenciada na idade ao casamento, na medida em que criou alternativas de vida e um leque de opções que viabilizaram uma autonomia efectiva mais precoce.

Este novo ciclo mantém-se relativamente estável até aos anos 80, quando se verifica uma notória perturbação na tendência evolutiva da idade ao casamento, que se prolonga pela década de 90 – por um lado, a idade média dos cônjuges acusa uma subida em ambos os sexos; por outro lado, a distribuição de frequências diz-nos que, em relação às décadas precedentes, a idade com que os homens se casam nesta década é estatisticamente diferente, o mesmo se verificando em relação às mulheres na década de 90.¹²

Estas oscilações apreendidas a partir da análise da idade ao casamento, parecem indissociáveis dos efeitos nas novas gerações das transformações sociais e económicas produzidas pela mobilidade geográfica e social maciça a que se assistiu anteriormente, pelo que devem ser perspectivadas num contexto completamente diferente. À possibilidade de um trabalho externo alia-se a tendência para a generalização da escolaridade que constitui, de forma preeminente, uma das manifestações mais visíveis dessa transformação.

Será interessante acompanhar a evolução deste indicador nas várias gerações, procurando evidenciar, em cada uma das *cohortes* consideradas, qual a sua incidência em ambos os sexos (quadro 3).

QUADRO 3
Instrução, por sexo, comparando diferentes *cohortes*

Níveis de instrução: 1 – não sabe ler nem escrever; 2 – primário (completo e incompleto); 3 – preparatório e secundário; 4 – 12º ano e quaisquer outros níveis superiores

	HOMENS				MULHERES			
	Nível de instrução				Nível de instrução			
	1	2	3	4	1	2	3	4
antes de 1945	31,9	58,5	7,4	2,2	62,5	34,4	1,9	1,2
1945 – 1969	11,0	40,1	33,0	15,9	6,0	40,7	27,5	25,8

Fonte: Censo94

Em contraste com o passado, verifica-se uma generalização da instrução, que se deve, em parte, às medidas legislativas que foram tomadas a nível nacional, conducentes ao sucessivo prolongamento da escolaridade obrigatória,¹³ e ao “abrandamento de resistências que bloqueavam o alastramento do processo” (Almeida 1986: 267). Como tão bem refere este autor:

¹² Refere-se apenas aos anos de 1990 a 1994.

¹³ Ver também Maria Filomena Mónica (1978) e Teresa Ambrósio (1981).

há uma ou duas gerações, com efeito, dificilmente os agricultores viam utilidade nos estudos dos filhos, e, como o esforço escolar entrava em contradição, por outro lado, com a disponibilidade de trabalho infantil, não admira que se verificassem, em diversas zonas do interior, baixos índices de frequência e elevadas taxas de abandono precoce da escolaridade obrigatória (Almeida 1986: 267).

Assim, corroborando os aspectos salientados por J. F. de Almeida, em relação a Fonte de Arcada, a valorização da instrução como factor promocional modificou-se completamente nas últimas décadas e, se a maior parte dos avós dos actuais estudantes raramente frequentavam a escola, porque os seus pais não viam nela qualquer utilidade, hoje em dia é com grande desgosto que os pais desses estudantes se confrontam com os casos de insucesso escolar, investindo, por vezes com grande sacrifício, na formação académica tão prolongada quanto possível dos seus descendentes.

Em relação ao passado, a infância de Maria é particularmente ilustrativa da inutilidade associada à instrução:

A mim puseram-me na escola durante uns dias, e depois, o meu pai dizia para a minha mãe: que diabo meteste a rapariga na escola e os vitelos aqui a roncar todo o dia? Se volta à escola, leva-me dois pontapés... Naquele tempo, não era de obriga, andava à escola quem queria. E logo lhe foi a dizer à professora que eu não voltava: – Então quem me trata das vacas? Isto não dá pão. E assim foi a nossa escola (filha de *lavradores*, 70 anos).

A situação de completo descrédito em relação à instrução contrasta com a actual sobrevalorização da mesma, verificando-se não só uma frequência generalizada do ensino até ao nível de escolaridade obrigatória, como também uma progressiva melhoria dos níveis de instrução globais. Esta tendência é particularmente visível em relação às mulheres das *cohortes* mais jovens que apresentam valores percentuais mais elevados que os homens no nível de instrução superior.

Considerando a heterogeneidade da organização social da aldeia até ao êxodo maciço verificado com particular intensidade nos anos 60, faz todo o sentido efectuar um cuidadoso escrutínio do indicador que temos vindo a analisar, tendo em conta as principais categorias socioprofissionais existentes até então.

Para tal, com base na informação obtida a partir dos *Assentos de Casamento* do Registo Paroquial, procedeu-se ao levantamento da profissão dos noivos, considerando, em relação a cada um dos principais grupos socioprofissionais, a respectiva idade média dos cônjuges.

Os dados sumariados no quadro 4 são, contudo, meramente tendenciais, tendo em conta as inúmeras lacunas com que fomos confrontados, devido a ser o pároco frequentemente omissos em relação à designação das

profissões nos *Assentos de Casamento*. Foi apenas considerado o período de 1910 a 1960, pois a partir de 1960 deixa de ser referida a situação profissional dos nubentes.

QUADRO 4
Idade média dos noivos, segundo a profissão do noivo ¹⁴, 1910-1960

Profissões	Homens	Mulheres	N.º de casamentos
<i>Lavrador</i>	28,2	24,02	38
Comerciante	27,2	21,4	10
<i>Jornaleiro</i>	26,4	23	243
Artesão	23,9	20,8	46

Fonte: *Assentos de Casamento* do Registo Paroquial de Sendim (1910-1994)

A partir destes resultados, e com as devidas reservas face ao reduzido número de ocorrências em alguns dos subgrupos considerados, pode concluir-se que, de facto, existem diferenças significativas na idade média ao primeiro casamento entre os grupos socioprofissionais mais representados (proprietários e *lavradores*, *jornaleiros*, artesãos e comerciantes), que foram corroboradas, igualmente, pela análise da distribuição de frequências.

Assim, em relação aos homens, verifica-se que os *lavradores* casam mais tarde do que todos os outros grupos, enquanto os artesãos são os que efectuam os casamentos mais precoces. Comerciantes e *jornaleiros* apresentam valores intermédios, encontrando-se, estes últimos, apenas ligeiramente acima do limite proposto por Hajnal (1965) entre casar cedo ou tarde.

No caso das mulheres, são também as noivas de *lavradores* as que se casam mais tarde e as dos artesãos as que se casam mais cedo. Quanto aos dois subgrupos restantes, a situação é um pouco diferente da dos homens, casando-se as noivas de *jornaleiros* um pouco mais cedo do que as dos *lavradores* enquanto as noivas dos comerciantes são as que apresentam um maior intervalo de idade em relação aos maridos do respectivo subgrupo (casando-se mais cedo do que as noivas dos *lavradores* e *jornaleiros*, mas um pouco mais tarde do que as noivas dos artesãos).

Se tivermos em consideração a conjugação de idades dos dois cônjuges, de cada um destes grupos profissionais, pode evidenciar-se uma tendência para o retardamento do casamento dos *lavradores* e *jornaleiros* (mais acentuada nos primeiros), grupos que, apesar da diferença em termos socioeconómicos, têm em comum o facto de viverem *exclusivamente* do trabalho agrícola. Já o mesmo não se verifica em relação aos comerciantes e artesãos, cuja actividade principal é exterior à agricultura (apesar de, a título complementar, nela poderem estar envolvidos).

¹⁴ Foram apenas consideradas as profissões com maior representatividade numérica.

Nesta medida, da análise da evolução da idade dos cônjuges ao longo do período analisado, tendo em conta os principais grupos socioprofissionais, podemos concluir que o retardamento da idade ao casamento constituiu uma estratégia associada ao conjunto dos agricultores, incidindo particularmente nos *lavradores*. Com efeito, se é possível interpretar o padrão de casamento tardio como uma forma de controlo relacionado com a propriedade e as formas de a ela aceder, não nos espanta que os casamentos mais controlados sejam os que envolvem os filhos de *lavradores*.

Diversas pessoas se referiram às intervenções dos pais nas escolhas matrimoniais, em especial quando envolviam *lavradores*, mencionando alguns casos de ruptura dos laços familiares – quando a prática contrariava a conveniência paterna – que podiam culminar no desfavorecimento real de um herdeiro em relação a outros ou na quebra da solidariedade esperada entre pais e filhos neste momento crucial do seu ciclo de vida. Duas pequenas histórias lembradas pelos seus protagonistas ilustram algumas das tensões, conflitos e estratégias explícitas, inerentes ao desenrolar deste processo de decisão:

O meu casamento não foi nada bonito... O meu pai não queria que eu me casasse com ela, porque era pobre. Só tinha uma vinha e uma casinha pequenina... Quando vim da tropa tinha-me arranjado uma moça, mas eu disse-lhe que não a queria – e ele disse-me logo: “se te casas com essa não te ajudo nada”. E assim fez, tive que me arranjar sozinho e com a ajuda dos meus sogros (filho de um *lavrador*, 79 anos).

Tinha 18 anos quando me casei. Casaram-me, que eu não me queria casar, pois o homem levava-me 10 anos. Antes arranjavam os casamentos. O meu pai já ia muito velho e precisava de um homem para que fosse lavar, ir com as vacas e isso. Depois lá mo meteram. Havia um rapaz que era muito nosso amigo e andava por aí a comprar vacas. Quando aparecia por cá dizia para o meu pai: “Ah António, a ti fazia-te falta um genro, um rapaz, havias de casar a tua filha, a ti faz-te falta um homem”. Quando me falaram nisto, eu não queria: – casar-me eu? Pois ainda sou uma menina e já me vou a casar? Mas eles foram andando e tanto me atiraram com aquilo que me fizeram o casamento (filha de um *lavrador*, 72 anos).

Alguns autores têm defendido que, em relação à Europa rural pré-industrial, a variável que de forma mais significativa afecta tanto a idade ao casamento como a sua viabilidade seria a propriedade ou herança de terras (Habakkuk 1955). Os estudos antropológicos que se têm debruçado sobre esta temática no nosso país corroboram algumas das associações defendidas por estes autores (Dias 1984), outros questionam a existência de uma relação linear entre herança de terras e a decisão (ou possibilidade) de casar (Brettell 1991: 125).

Como podem ser interpretadas estas diferenças em relação à idade do casamento entre os vários grupos socioprofissionais, numa aldeia como Sendim, onde prevalece a neolocalidade e a herança igualitária *post-mortem*?

O *timing* para o fraccionamento dos grupos domésticos, conforme atrás referido, articulava o ideal de nuclearidade com um sistema de herança igualitário que, na prática, combinava uma antecipação da herança sob a forma de empréstimo, na altura do casamento, com uma herança efectiva *post-mortem*. Com efeito, nesta fase específica do ciclo de vida e quando o património de cada casa o permitia, os pais cediam aos filhos pequenas parcelas de terreno, com o objectivo de viabilizar a sua sobrevivência e, simbolicamente, a sua autonomia: “uma terra para que tenham pão, uma vinha para que tenham vinho e uma horta para que tenham batatas”. Tratava-se de uma doação apenas temporária, à qual correspondia uma *autonomia* controlada, pois as parcelas eram exíguas e as partilhas definitivas só seriam feitas quando um dos membros do casal ascendente morresse.¹⁵ Para além disso, esta eventual cedência patrimonial só tinha lugar se a escolha matrimonial fosse do agrado dos pais, pois no caso contrário dificilmente chegava a efectivar-se, ficando cada um entregue à sua própria sorte.

É neste contexto que surgem os casamentos *arranjados*, tanto mais criteriosamente quanto mais se subia na hierarquia social, centrando-se as estratégias matrimoniais numa preocupação clara de garantir para os descendentes um estatuto social adquirido (ou melhorado) através de uma aliança que permitisse a manutenção ou, se possível, o *arredondamento* das propriedades. Deste ponto de vista, surge como particularmente vantajoso o casamento entre parentes próximos – uma situação que ocorria no passado com alguma frequência, não só entre o grupo dos *lavradores* (mais ou menos abastados), mas, de um modo geral, abrangendo o conjunto dos agricultores (quadro 5).

QUADRO 5
Casamentos com dispensas por consanguinidade e afinidade, 1910-1970

	Consanguinidade			Afinidade		
	2º	3º	4º	1º	2º	3º
1910-19	2	5	4	1		
1920-29	2	8				
1930-39	2	7			1	
1940-49	1	1		1		

Fonte: Assentos de Casamento do Registo Paroquial de Sendim (1910-1994)

1950-59 3 5

¹⁵ Altura em que as parcelas ou casas anteriormente cedidas eram chamadas à colacção, para entrarem no património global a ser partilhado, procedendo-se, nesta altura, ao equilíbrio dos vários lotes a serem distribuídos por todos os filhos.

Independentemente do reduzido número de casamentos nesta situação, importa salientar que os casamentos consanguíneos mais frequentes envolviam um grau de parentesco bastante próximo, de consanguinidade em 3º grau, ou seja, tratava-se em geral de casamentos entre primos segundos. A partir dos anos 70 não foi registado nenhum nestas circunstâncias, o que, de certo modo, nos leva a associar este tipo de uniões entre parentes próximos a uma estratégia do passado, quando a *terra* constituía, seguramente, o móbil de muitas acções.

Geografia das distâncias matrimoniais (1910-1994)

“Quem fora vai casar, ou vai enganado, ou quer enganar”, era uma frase inúmeras vezes repetida, salientando, como um dos aspectos mais condicionantes das escolhas matrimoniais, o conhecimento *controlado* dos futuros cônjuges. Independentemente das mútuas atracções individuais, é o perímetro da aldeia que se recorta como espaço privilegiado de inter-relação e aliança, um lugar permeado pela densidade das relações face-a-face e onde se entrecem as redes de solidariedade mais efectivas que o casamento teria por função reforçar.

A análise da naturalidade dos cônjuges ao longo das últimas décadas permite, com alguma aproximação, verificar de que modo o casamento resulta de uma escolha (individual ou familiar) com base num conhecimento efectivo, circunscrevendo espaços de encontro. Deste modo, pode ser uma boa medida dos sítios que se pisam e se pisavam, que mais não são (nem eram) do que o espaço relacional, um espaço de conhecimento.

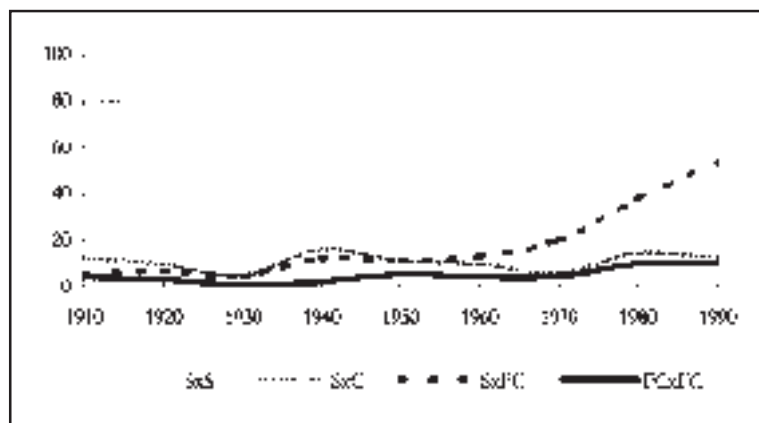
Seguimos estes trilhos através de mais uma das tão úteis informações dos *Assentos de Casamento*: a naturalidade dos cônjuges, cujo levantamento exaustivo foi efectuado desde 1910 até 1994, tentando percorrer, ao longo do tempo, as distâncias geográficas das trocas matrimoniais. Uma reserva, no entanto, precisa de ser feita: este caminho conduz-nos, apenas, aos locais *captados* pelos registos, ou seja, dos casamentos realizados na freguesia. É, por este motivo, bastante mais informativo em relação às mulheres do que em relação aos homens, uma vez que o costume dita que os casamentos são efectuados na paróquia da noiva.¹⁶

Na figura 3 apresentam-se os resultados percentuais da contagem dos casamentos efectuados em Sendim, desde 1910 até 1994, agrupados em quatro tipos de proveniência geográfica dos cônjuges: 1) ambos os cônjuges

¹⁶ Perdem-se, deste modo, os casamentos dos homens de Sendim que casaram com mulheres de outras povoações, bem como os casamentos das mulheres que, sendo naturais de Sendim, optaram por se casar noutras paróquias, tratando-se, geralmente, dos respectivos locais de residência.

naturais da freguesia (SxS); 2) um dos cônjuges natural de Sendim e o outro de uma freguesia do mesmo concelho (SxC); 3) um dos cônjuges natural de Sendim e o outro proveniente de uma freguesia exterior ao concelho de Miranda do Douro (SxFC); 4) ambos os cônjuges naturais de freguesias exteriores ao concelho de Miranda do Douro (FCxFC).

FIGURA 3
Evolução da naturalidade dos cônjuges (1910-1994)



Fonte: Assentos de Casamento do Registo Paroquial da Freguesia de Sendim (1910-1994)

Em termos globais, ressalta o perfil fortemente endogâmico¹⁷ da freguesia até à década de 70, verificando-se, a partir de então, um nítido e acentuado afrouxamento da endogamia local.

Quanto aos casamentos extrafreguesia, e até à década de 50, apresentam maior percentagem relativa os que envolvem trocas matrimoniais efectuadas dentro do concelho e nas povoações limítrofes, mostrando como as relações sociais interaldeãs eram efectivas.

A partir dos anos 50, verifica-se uma subida progressiva dos casamentos em que a naturalidade de um dos cônjuges extravasa o perímetro concelhio, acusando de forma expressiva os efeitos do alargamento do espaço de interconhecimento e do mercado de trabalho.

Nos anos 80, as percentagens de casamentos intrafreguesia e de casamentos que ligam Sendim a povoações exteriores ao concelho encontram-se bastante próximas, em virtude do acentuado decréscimo das alianças matrimoniais entre Sendim e as aldeias mais próximas que acompanha a subida dos casamentos em que um dos dois cônjuges é natural do concelho.

Na década de 90, são já muito mais frequentes estes casamentos de tipo exogâmico – (SxFC) – do que os circunscritos ao perímetro concelhio.

¹⁷ O termo endogâmico refere-se a uma endogamia de lugar, sendo usado por oposição aos casamentos extrafreguesia.

É curioso notar que esta retracção dos casamentos entre as várias aldeias do concelho e a sua expansão para regiões cada vez mais longínquas em relação à aldeia de origem constituem duas vertentes paralelas da dinâmica das trocas matrimoniais que indiciam um paradoxal *fechamento* das aldeias sobre si próprias.

No caso dos casamentos que envolvem cônjuges naturais de freguesias que não pertencem ao concelho de Miranda do Douro (FCxFC), pode dizer-se que se mantêm com uma frequência reduzida ao longo de todas as décadas, com um ligeiro incremento a partir da década de 70, prolongando-se esta tendência crescente pelas décadas seguintes. Uma parte destes casamentos (cerca de um terço) envolve filhas de emigrantes ou ex-emigrantes, nascidas já nos países de acolhimento, mas que continuam a efectuar a celebração em Sendim, o que ilustra a estreita relação mantida com a aldeia de origem, que é reforçada nestes momentos importantes do ciclo de vida familiar.

Considerando o espaço que as trocas matrimoniais extraconcelhias (SxFC e FCxFC) permitem configurar, verifica-se que até à década de 40, salvo raras excepções, se circunscrevem aos concelhos limítrofes; nas décadas de 50, 60 e 70, extravasam a província, dispersando-se por vários concelhos nortenhos e, nas décadas de 80 e 90, os cônjuges são já provenientes de várias localidades, de norte a sul do país, e também de França, da Alemanha, das ex-colónias portuguesas, tratando-se neste último caso de filhos de emigrantes (ou de antigos emigrantes).

A partir dos *Assentos de Casamento* do Registo Paroquial foi possível evidenciar os principais vectores da mudança ocorrida em termos do espaço de interconhecimento, tal como ele nos é revelado pela naturalidade dos cônjuges. No entanto, há que salvaguardar que casar na freguesia não é sinónimo de nela residir, sendo frequentes os casos, sobretudo durante as últimas décadas, em que estes dois dados – naturalidade e residência pós-matrimonial – não são coincidentes. Nesta medida, o recurso aos dados do *Censo94* permitiu completar a abordagem inicial da distância (geográfica) matrimonial, tendo em linha de conta a proveniência geográfica de cada um dos cônjuges dos casais residentes (quadro 6).

QUADRO 6
Naturalidade dos cônjuges residentes (%) – Sendim, 1994

	(M)S	(M)C	(M)FC	Total
(H)S	62,4	6,9	9,7	79,2
(H)C	4,1	-	-	4,1
(H)FC	6,3	-	10,4	16,7
Total	72,8	6,9	20,1	100

Fonte: *Censo94*

Como pode verificar-se a partir da análise deste quadro, a principal proveniência dos casais residentes continua a ser, de forma significativa, a aldeia natal, englobando cerca de 62% de casamentos intrafreguesia. Contudo, no que diz respeito à permanência comparada de ambos os sexos, pode dizer-se que o número de mulheres provenientes de fora (considerando aqui, os dois níveis de exclusão: freguesia e concelho) é ligeiramente superior, o que sugere uma maior repulsão da vila em relação à população feminina.

Sazonalidade dos casamentos

Alguns autores sublinharam a importância da sazonalidade dos casamentos efectuados segundo o rito católico e analisados ao longo de uma sequência temporal alargada, na medida em que a sua concentração ou evitamento em determinados períodos do ano poderia constituir um indicador indirecto de outros domínios da vida social. Bell (1979), por exemplo, recorre a este indicador para avaliar o peso da religiosidade, tomando como medida o respeito ou indiferença pelos períodos interditos pela igreja para a celebração do matrimónio.¹⁸

No caso de Brettell, as oscilações na sazonalidade dos casamentos ao longo de várias décadas foram articuladas com os padrões migratórios da população da freguesia estudada:

As provas etnográficas sugerem que as migrações sazonais para Espanha ocorriam fundamentalmente nos fins do outono e nos meses de inverno, em que o trabalho agrícola em Portugal era menos intenso. A ser verdade, isso poderia ter tido um efeito visível na sazonalidade dos casamentos e bem assim na das concepções, no caso de migrantes casados. [...] As proporções de casamentos por estação podem explicar períodos de migração mais ou menos difundidos entre a população jovem casada (Brettell 1991: 137).

Em relação a Sendim, a análise da dinâmica da sazonalidade dos casamentos no mesmo intervalo de tempo que foi considerado para a idade e naturalidade dos cônjuges (quadro 7), confirmou as tendências evolutivas anteriormente salientadas, mostrando como os ciclos de mudança, tanto no *timing* de fraccionamento do grupo doméstico, como nas distâncias matrimoniais, podem, igualmente, ser corroboradas pela variação ocorrida na sazonalidade dos casamentos.

¹⁸ São períodos de interdição da celebração do rito matrimonial: a Quaresma (período que se inicia na quarta-feira de cinzas e termina no Domingo de Ramos), a Semana Santa e o Advento (25 dias antes do Natal).

QUADRO 7

Sazonalidade dos casamentos segundo o mês e por década (1910-1994)¹⁹

	Jan.	Fev.	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Set.	Out.	Nov.	Dez.
1910-19	141	190	78	83	112	49	15	49	98	112	195	78
1920-29	139	186	17	87	159	58	38	93	78	67	194	84
1930-39	251	237	28	111	109	19	17	36	64	89	175	64
1940-49	62	113	8	143	121	73	62	105	89	140	223	62
1950-59	87	177	32	50	144	132	25	105	100	152	149	47
1960-69	125	138	50	138	26	52	60	68	209	83	209	42
1970-79	134	89	32	127	41	22	32	462	127	51	0	83
1980-89	53	45	12	70	53	53	53	516	176	25	0	143
1990-94	29	38	58	125	58	29	125	499	0	29	29	182

Fonte: *Assentos de Casamento* do Registo Paroquial de Sendim (1910-1994)

A informação sumariada neste quadro permite salientar que há, grosso modo, dois períodos de menor frequência de casamentos ao longo de todas as décadas: o primeiro em Março e, o segundo, em Junho/Julho. Nas décadas de 70 e 80, o mês de Novembro aparece também com uma percentagem nula de casamentos.

Quanto ao primeiro período, os baixos valores registados indiciam o seguimento das interdições canónicas, sendo evitado o período da Quaresma para a celebração do matrimónio. É uma tendência que se mantém ao longo de todas as décadas, notando-se, no entanto, uma ligeira subida nos anos 90 que poderá acusar um certo afrouxamento do peso da religiosidade. O segundo período – Junho/Julho – coincide com uma época particularmente intensa do ciclo agrícola que poderá justificar a quebra verificada nos casamentos, como, aliás, foi corroborado por alguns informantes: “no tempo da segada, tínhamos trabalho de manhã até à noite e casamentos já só se faziam quando houvesse mais vagar”.

O mesmo quadro revela a existência de dois conjuntos de décadas com características distintas quanto à concentração de casamentos ocorridos: as décadas de 10 a 60 e as décadas de 70 a 90. No primeiro caso verificam-se dois picos: os meses de Janeiro/Fevereiro e os meses de Outubro/Novembro. Estes dois picos correspondem, por um lado, a uma fase do

¹⁹ Cálculo efectuado segundo o método dos *números proporcionais*: “Neste método dividem-se os casamentos mensais pelo número de dias do mês. Estes números médios de casamentos por dia são em seguida substituídos por números proporcionais de modo a que o seu total seja igual a 1200. Cada mês fica assim representado por um número, independente da duração do mês em dias e de forma a que o seu desvio (positivo ou negativo) em relação a 100 indique o carácter particular do mês. Se não houvesse diferença entre os meses, teríamos 100 em cada um dos meses” (Nazareth 1996: 158).

ciclo agrícola em que a intensidade dos trabalhos é menor e, por outro lado, precedem os dois períodos do calendário litúrgico em que existem restrições à celebração do rito matrimonial: o Advento e a Quaresma, respectivamente.

O segundo grupo de décadas é caracterizado por apresentar um único pico, com um número elevadíssimo de casamentos que se concentram durante o mês de Agosto. Este facto vem, uma vez mais, reforçar a importância da emigração na dinâmica social da aldeia, o que lhe imprime um ritmo peculiar, constituindo o mês de Agosto um período particularmente intenso na vida social.

Efectivamente, nesta altura do ano, aflui à vila um número bastante elevado de famílias dispersas por vários locais de trabalho, sendo escolhido o mês de Agosto para a celebração das festas familiares e sociais mais importantes do ciclo anual e do ciclo de vida familiar. Deste modo, a maior parte dos baptizados e casamentos dos filhos dos emigrantes e migrantes internos continuam a ser efectuados na aldeia de origem, concentrando-se neste mês, em contraste com a sua quase total ausência nas décadas anteriores, quando a intensidade dos trabalhos agrícolas deste período do ano, dificilmente dava lugar a este tipo de celebrações.

Reflexões finais

Reiterando os principais aspectos que decorrem da análise dos dados apresentados neste artigo, saliento os tópicos que este estudo de caso permitiu equacionar, tendo em vista o seu contributo para futuras pesquisas que integrem outros estudos de caso comparáveis.

A dificuldade inerente à abordagem de um tema tão fugidio como o da mudança social, dada a pluralidade de factores que podem intervir de diferentes maneiras na transformação dos terrenos privilegiados como universos de observação, leva-me a centrar as minhas reflexões finais nas questões de índole metodológica que foram suscitadas no decorrer desta pesquisa.

Em primeiro lugar, a selecção do grupo doméstico como unidade de análise, ultrapassadas as questões inerentes à sua definição, constituiu uma opção interessante, na medida em que possibilitou a incorporação de uma espessura temporal na pesquisa, através da comparação de duas *constelações* da freguesia separadas por 50 anos. Apesar das limitações inerentes à comparação de duas “fotografias” que arbitrariamente cristalizam dois momentos no tempo, o certo é que determinadas pistas sugeridas por esta abordagem inicial puderam ser aprofundadas ou abandonadas quando complementadas com outro tipo de informação, de índole qualitativa.

Para além disso, saliento a importância de um adequado tratamento estatístico dos dados quantitativos considerados. Com efeito, apesar de os antropólogos tenderem a usar com bastante parcimónia ferramentas estatísticas para a análise dos dados que recolhem (ou poderiam recolher) no decorrer do trabalho de campo, é minha convicção que o recurso à análise estatística, e mais especificamente à “estatística não paramétrica”, teve, neste caso, a vantagem de permitir lidar com um grande volume de dados relativos a uma sequência temporal alargada, o que se revelou de extrema utilidade na aferição dos períodos de maior turbulência na dinâmica local.

No entanto, apesar de ter sido extremamente útil na captação dos padrões de diferenciação que afectavam um conjunto de dados cujo volume e características escapavam ao controlo do investigador, esta análise, por si só, nada nos pôde dizer sobre o conteúdo dessas diferenças que viria a ser procurado através de métodos qualitativos (como a entrevista e a história de vida), o que permitiu interpretar e contextualizar os fenómenos que estavam na base dos padrões de diferenciação evidenciados por meio da análise estatística.

Chego, assim, a um ponto que penso constituir também um ponto de partida para futuras pesquisas: a importância da complementaridade entre os métodos quantitativos e qualitativos na abordagem dinâmica do grupo doméstico. Esta assunção, embora não constitua uma novidade na história da investigação antropológica, parece, no entanto, não ter tido grande eco, até à data, entre a generalidade dos antropólogos portugueses.

BIBLIOGRAFIA

- AFONSO, Ana Isabel, 1997, *Terra, Casa e Família: Valores em Mudança numa Aldeia de Terras de Miranda (Sendim, 1944/1994)*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, dissertação de doutoramento em Antropologia Cultural e Social.
- ALMEIDA, João Ferreira de, 1986, *Classes Sociais nos Campos: Camponeses Parciais numa Região do Noroeste*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.
- AMBRÓSIO, Teresa, 1981, “Democratização do Ensino”, *Sistema de Ensino em Portugal*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- ANDERSON, M., 1975, *Sociology of the Family: Selected Readings*, Harmondsworth, Penguin Books.
- BELL, Rudolph, 1979, *Fate and Honour, Family and Village: Demographic and Cultural Change in Rural Italy since 1800*, Chicago, University of Chicago Press.
- BOURDIEU, Pierre, 1972, “Les Stratégies Matrimoniales dans le Système de Reproduction”, *Annales ESC*, XXVII, 4-5, 1105-1127.
- BRANDES, Stanley, 1975, *Migration, Kinship and Community: Tradition and Transition in a Spanish Village*, Londres, Academic Press.
- BRETTELL, Caroline, 1991, *Homens que Partem, Mulheres que Esperam: Consequência da Emigração numa Freguesia Minhota*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- DIAS, Jorge, 1984 [1953], *Rio de Onor: Comunitarismo Agro-Pastoril*, Lisboa, Editorial Presença.
- GOODE, William, 1963, *World Revolution and Family Patterns*, Nova Iorque, The Free Press.
- HABAKKUK, H., 1955, “Family Structure and Economic Change in Nineteenth-Century Europe”, *Journal of Economic History*, 15, 1-12.
- HAJNAL, John, 1965, “European Marriage Patterns in Perspective”, D. GLASS, e D. EVERSLEY (orgs.), *Population in History: Essays in Historical Demography*, Londres, Edward Arnold, 101-143.

- , 1982, "Two Kinds of Preindustrial Household Formation System", *Population and Development Review*, 8, 449-494.
- HAMMEL, E. A., 1984, "On the *** of Studying Household Form and Function", R. NETTING, *et al.* (eds.), *Households: Comparative and Historical Studies of the Domestic Group*, Berkeley, Los Angeles, Londres, University of California Press, 29-43.
- HAMMEL, E. A., e Peter LASLETT, 1974, "Comparing Household Structures over Time and Between Cultures", *Comparative Studies of Sociology and History*, 16, 73-109.
- JANSSENS, Angélique, 1993, *Family and Social Change: the Household as a Process in an Industrializing Community*, Cambridge, Cambridge University Press.
- MENDRAS, Henri, 1976, *Sociétés Paysannes: Eléments pour une Théorie de la Paysannerie*, Paris, Armand Colin.
- MÓNICA, Maria Filomena, 1978, *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar: A Escola Primária Salazarista 1926-1939*, Lisboa, Editorial Presença.
- NAZARETH, J. Manuel, 1996, *Introdução à Demografia*, Lisboa, Fundamentos.
- NUNES, João, e Rui FEIJÓ, 1986, "Household Composition and Social Differentiation in North Western Portugal in the Nineteenth Century", *Sociologia Ruralis*, XXVI (3), 249-267.
- O'NEILL, Brian Juan, 1984, *Proprietários, Lavradores e Jornaleiras*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- PARSONS, T., e R. BALES (eds.), 1955, *Family, Socialization and the Interaction Process*, Nova Iorque, The Free Press.
- PINA-CABRAL, João de, 1989, *Filhos de Adão, Filhas de Eva: a Visão do Mundo Camponesa no Alto Minho*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- ROHLF, F. J., e D. E. SLICE, 1995, *BIOMstat for Windows. Statistical Software for Biologists Version 3.0*, Nova Iorque, Exeter Software.
- ROSAS, Fernando, 1994, *História de Portugal: O Estado Novo (1926-1974)*, vol. VII, dir. de José Mattoso, Lisboa, Círculo de Leitores.
- ROWLAND, Robert, 1981, "Âncora e Montaria, 1827: Duas Freguesias do Noroeste segundo os Livros de Registo das Companhias de Ordenanças", *Estudos Contemporâneos*, 2/3, 199-242.
- SEGALEN, Martine, 1985, *Quinze Générations de Bas-Bretons*, Paris, PUF.
- SOKAL, R. R., e F. J. ROHLF, 1981, *Biometry: The Principles and Practice os Statistics in Biological Research*, Nova Iorque, W. H. Freeman.
- WALL, Karin, 1992, "Pour une Sociologie des Formes Familiales dans la Société Rurale", ALMEIDA, A., *et al.* (orgs.), *Famille et Contextes Sociaux*, Lisboa, ISCTE/CIES, 163-182.
- , 1994, "La Fabrication de la Vie Familiale: Changement Social et Dynamique Familiale des Paysans du Bas-Minho", Genebra, Université de Genève, Faculté de Sciences Économiques et Sociales, tese de doutoramento.
- WILK, Richard, e Robert NETTING, 1984, "Households: Changing Forms and Functions", R. NETTING, *et al.* (eds.), *Households: Comparative and Historical Studies of the Domestic Group*, Berkeley/Los Angeles/Londres, University of California Press, 1-28.
- YANAGISAKO, Sylvia, 1979, "Family and Household: the Analysis of Domestic Groups", *Annual Review of Anthropology*, 8, 161-205.
- YOUNG, Michael, e Peter WILLMOTT, 1983 [1957], *Le Village dans la Ville*, Paris, Centre Georges Pompidou.

Ana Isabel Afonso

SOCIAL CHANGE AND THE DOMESTIC GROUP: QUALITATIVE AND QUANTITATIVE APPROACHES

Using the domestic group as the privileged unit of analysis, this article provides a study of social change based on the case study of a town in Northeastern Portugal, covering the period between 1944-1994. The article combines different types of sources (ethnographic inquiry, documents from the Parochial Archives) and underscores the importance of the complementary use of qualitative and quantitative methods for a dynamic approach to the study of the domestic group.

Departamento de Antropologia da FCSH - UNL
ai.afonso@fcsh.unl.pt